

Conceitos a reter

Despesas Correntes – Despesas que garantem o normal funcionamento da Administração Pública, como, por exemplo, os vencimentos dos funcionários públicos.

Despesas de Capital – Despesas relacionadas com o aumento da capacidade produtiva do país, como os investimentos em infraestruturas.

Dívida Pública – Total de empréstimos a que o Estado tem de recorrer para cobrir o défice orçamental. Denomina-se Dívida Pública **fundada** se é de médio e longo prazo e **flutuante** caso seja de curto prazo.

Estado – Entidade dotada de soberania, composta por uma comunidade com uma estrutura organizada num determinado território.

Imposto – Prestação pecuniária, coativa, unilateral, estabelecida por lei sem carácter de sanção.

Orçamento do Estado – Documento elaborado pelo Governo e aprovado pela Assembleia da República que descreve as despesas e receitas públicas para o período de um ano.

Plano imperativo – Plano que se aplica ao Setor Público e é de cumprimento obrigatório.

Plano indicativo – Plano que o Estado apresenta ao Setor Privado, com medidas estratégicas, mas que são apenas de carácter orientador.

Política conjuntural – Política implementada num curto horizonte temporal (até dois anos).

Política estrutural – Política cujos efeitos se fazem sentir a médio e longo prazo.

Políticas económicas e sociais – Conjunto de medidas tomadas pelo Governo com o objetivo de melhorar a situação económica e social de um país.

Receitas Correntes – Classificação económica usada pelo Banco de Portugal que engloba os impostos, taxas e restantes contribuições dos cidadãos.

Receitas creditícias – Receitas relacionadas com o recurso a crédito para cobrir as despesas públicas.

Receitas de Capital – Classificação económica utilizada pelo Banco de Portugal que inclui as receitas relativas à venda de património, bens de capital, aplicação da poupança e obtenção de empréstimos.

Receitas patrimoniais ou voluntárias – Receitas referentes à exploração, arrendamento ou alienação de bens imóveis do Estado.

Receitas tributárias ou coativas – Receitas provenientes dos impostos, taxas e restantes contribuições dos cidadãos.

Setor Empresarial do Estado – Setor produtivo do Estado que inclui as empresas detidas total ou maioritariamente pelo Estado.

Setor Público Administrativo – Trata dos assuntos de interesse geral do país, visando a máxima satisfação das necessidades coletivas sem ter fins lucrativos.

Soberania – Poder supremo do Estado sobre o povo e o território.